

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	11
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	12
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	13
Demonstração de Valor Adicionado	14
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	15
Notas Explicativas	32
Proposta de Orçamento de Capital	56

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	57
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	60
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	61

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.034.122.500
Preferenciais	0
Total	2.034.122.500
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	3.972.718	3.707.357	3.087.199
1.01	Ativo Circulante	702.424	1.308.731	1.032.181
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	463.510	622.035	34
1.01.02	Aplicações Financeiras	79.246	489.970	1.027.015
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	79.246	489.970	1.027.015
1.01.03	Contas a Receber	122.080	167.769	0
1.01.03.01	Clientes	122.080	167.769	0
1.01.03.01.01	Contas a receber das operações	120.424	165.953	0
1.01.03.01.02	Contas a receber de partes relacionadas	1.656	1.816	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	31.599	27.267	2.909
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.814	1.690	2.223
1.01.07.01	Despesas antecipadas e outros créditos	4.814	1.690	2.223
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.175	0	0
1.01.08.03	Outros	1.175	0	0
1.01.08.03.01	Adiantamentos a fornecedores	1.175	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	3.270.294	2.398.626	2.055.018
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	37.388	2.934	650
1.02.01.07	Tributos Diferidos	10.679	2.668	650
1.02.01.07.01	Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.679	2.668	650
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	5.632	0	0
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	21.077	266	0
1.02.03	Imobilizado	203.777	95.684	0
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	41.967	185	0
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	6.699	10.718	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	155.111	84.781	0
1.02.04	Intangível	3.029.129	2.300.008	2.054.368
1.02.04.01	Intangíveis	3.029.129	2.300.008	2.054.368
1.02.04.01.02	Intangível	2.316.685	2.019.254	2.054.368

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1.02.04.01.03	Infraestrutura em construção	712.444	280.754	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	3.972.718	3.707.357	3.087.199
2.01	Passivo Circulante	1.269.966	307.561	7.102
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	17.982	11.406	0
2.01.02	Fornecedores	82.992	81.934	99
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	82.992	81.913	99
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	0	21	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	64.780	74.910	310
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	55.450	65.955	310
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	41.503	56.455	0
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	13.947	9.500	310
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	9.330	8.955	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.053.310	5.224	1.443
2.01.04.02	Debêntures	1.053.310	5.224	1.443
2.01.05	Outras Obrigações	50.902	134.087	5.250
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	43.117	13.895	5.250
2.01.05.02	Outros	7.785	120.192	0
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	113.610	0
2.01.05.02.04	Outras obrigações com o Poder Concedente	2.348	2.220	0
2.01.05.02.06	Passivo de arrendamento	3.046	4.312	0
2.01.05.02.07	Passivo de arrendamento com partes relacionadas	764	0	0
2.01.05.02.08	Outras obrigações	1.627	50	0
2.02	Passivo Não Circulante	34.633	1.056.907	1.047.236
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	1.048.516	1.047.236
2.02.01.02	Debêntures	0	1.048.516	1.047.236
2.02.02	Outras Obrigações	34.590	8.382	0
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.014	202	0
2.02.02.02	Outros	32.576	8.180	0
2.02.02.02.03	Obrigações Sociais e Trabalhistas	713	710	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.02.02.02.05	Fornecedores	7.019	598	0
2.02.02.02.06	Passivo de arrendamento	2.789	6.811	0
2.02.02.02.07	Passivo de arrendamento com partes relacionadas	20.785	0	0
2.02.02.02.08	Outras obrigações	1.270	61	0
2.02.04	Provisões	43	9	0
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	43	9	0
2.03	Patrimônio Líquido	2.668.119	2.342.889	2.032.861
2.03.01	Capital Social Realizado	2.034.123	2.034.123	2.034.123
2.03.02	Reservas de Capital	307	0	0
2.03.04	Reservas de Lucros	633.689	308.766	0
2.03.04.01	Reserva Legal	46.370	22.121	0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	587.319	286.645	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	-1.262

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.813.247	1.162.372	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.023.658	-482.985	-5.250
3.02.01	Custo de Construção	-721.791	-276.161	0
3.02.02	Serviços	-78.625	-34.304	-5.250
3.02.03	Depreciação e Amortização	-58.374	-36.656	0
3.02.04	Custo com pessoal	-91.773	-68.861	0
3.02.05	Materiais, equipamentos e veículos	-27.150	-20.412	0
3.02.06	Outros	-45.945	-46.591	0
3.03	Resultado Bruto	789.589	679.387	-5.250
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-98.138	-56.858	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-98.138	-56.858	0
3.04.02.01	Serviços	-24.904	-18.559	0
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-214	-8	0
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-46.519	-30.701	0
3.04.02.04	Materiais Equipamentos e Veiculos	-2.783	-1.221	0
3.04.02.05	Outros	-3.830	-2.331	0
3.04.02.06	Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos	-4.482	-807	0
3.04.02.08	Água, luz, telefone, internet e gás	-1.644	-949	0
3.04.02.09	Contribuições a sindicatos e associações de classe	-752	-290	0
3.04.02.10	Aluguéis de imóveis e condomínios	-2.727	-1.140	0
3.04.02.11	Gastos com viagens e estadias	-1.188	-549	0
3.04.02.12	Impostos, taxas e despesas com cartório	-334	-221	0
3.04.02.13	Lei Rouanet, Incentivos audiovisuais, esportivos e outros	-8.509	0	0
3.04.02.14	Editais e publicações	-68	-12	0
3.04.02.15	Despesas legais e judiciais	-88	-29	0
3.04.02.16	Despesas, provisões e multas indedutíveis	-96	-41	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	691.451	622.529	-5.250
3.06	Resultado Financeiro	-45.706	-19.409	3.338

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	645.745	603.120	-1.912
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-160.757	-159.433	650
3.08.01	Corrente	-168.768	-161.451	0
3.08.02	Diferido	8.011	2.018	650
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	484.988	443.687	-1.262
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	484.988	443.687	-1.262
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,23843	0,21812	-0,00062

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	484.988	443.687	-1.262
4.03	Resultado Abrangente do Período	484.988	443.687	-1.262

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	513.414	564.995	1.241
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	675.450	585.664	714
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	484.988	443.687	-1.262
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-8.011	-2.018	-650
6.01.01.03	Depreciação e amortização	54.569	36.329	0
6.01.01.04	Juros sobre debêntures	153.602	146.248	2.626
6.01.01.05	Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas e pre	25.762	3.713	0
6.01.01.06	Comissão de fiança partes relacionadas	2.770	5.429	0
6.01.01.07	Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	7	3	0
6.01.01.08	Rendimento de aplicação financeira	-43.453	-48.147	0
6.01.01.09	Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	888	85	0
6.01.01.10	Depreciação – Direito de uso em arrendamento	4.019	335	0
6.01.01.11	Provisão para perda esperada - contas a receber das operações	2	0	0
6.01.01.12	Plano de incentivo de longo prazo liquidável em ações	307	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-162.036	-20.669	527
6.01.02.01	Contas a receber das operações	45.527	-165.953	0
6.01.02.02	Contas a receber de partes relacionadas	1.914	-2.082	0
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-4.332	-24.358	-2.909
6.01.02.04	Despesas antecipadas e outras	-8.756	533	-2.223
6.01.02.05	Adiantamentos a fornecedores	-1.175	0	0
6.01.02.06	Fornecedores	-168.901	82.430	99
6.01.02.07	Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	24.062	3.418	5.250
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social a recolher	153.054	179.596	310
6.01.02.09	Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-187.194	-104.996	0
6.01.02.10	Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	-25.728	-3.704	0
6.01.02.11	Obrigações sociais e trabalhistas	6.579	12.116	0
6.01.02.12	Outras obrigações	2.786	111	0
6.01.02.13	Obrigações com o Poder Concedente	128	2.220	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-261.050	218.257	-3.081.383
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-115.881	-84.974	0
6.02.02	Adição ao ativo intangível e infraestrutura em construção	-623.952	-281.961	-2.054.368
6.02.03	Outros de ativo intangível	24.606	0	0
6.02.04	Aplicações financeiras líquidas de resgate	454.177	585.192	-1.027.015
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-410.889	-161.251	3.080.176
6.03.01	Debêntures - Captações (líquido dos custos de transação)	0	0	1.046.053
6.03.02	Debêntures - Pagamento de juros	-154.032	-141.187	0
6.03.03	Juros sobre capital próprio pago	-249.665	-20.049	0
6.03.04	Arrendamento - Pagamentos	-7.192	-15	0
6.03.05	Integralização de capital	0	0	2.034.123
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-158.525	622.001	34
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	622.035	34	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	463.510	622.035	34

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.034.123	0	308.766	0	0	2.342.889
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.034.123	0	308.766	0	0	2.342.889
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	307	0	0	0	307
5.04.08	Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	0	307	0	0	0	307
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	484.988	0	484.988
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	484.988	0	484.988
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	324.923	-484.988	0	-160.065
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	324.923	-324.923	0	0
5.06.04	Juros sobre o capital próprio	0	0	0	-160.065	0	-160.065
5.07	Saldos Finais	2.034.123	307	633.689	0	0	2.668.119

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	2.034.123	0	0	-1.262	0	2.032.861
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	2.034.123	0	0	-1.262	0	2.032.861
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-133.659	0	-133.659
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-133.659	0	-133.659
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	443.687	0	443.687
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	443.687	0	443.687
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	308.766	-308.766	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	308.766	-308.766	0	0
5.07	SalDOS Finais	2.034.123	0	308.766	0	0	2.342.889

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.034.123	0	0	0	0	2.034.123
5.04.01	Aumentos de Capital	2.034.113	0	0	0	0	2.034.113
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	10
5.04.08	Constituição de Capital Próprio	10	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.262	0	-1.262
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.262	0	-1.262
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.034.123	0	0	-1.262	0	2.032.861

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	1.922.329	1.257.162	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-928.774	-390.535	-3.465
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-158.763	-88.704	-5.250
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-48.220	-26.877	1.785
7.02.04	Outros	-721.791	-274.954	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	993.555	866.627	-3.465
7.04	Retenções	-58.588	-36.664	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-58.588	-36.664	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	934.967	829.963	-3.465
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	113.085	134.272	6.369
7.06.02	Receitas Financeiras	113.085	134.272	6.369
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.048.052	964.235	2.904
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.048.052	964.235	2.904
7.08.01	Pessoal	116.833	86.969	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	81.423	65.644	0
7.08.01.02	Benefícios	26.594	16.691	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.202	3.630	0
7.08.01.04	Outros	2.614	1.004	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	292.569	266.203	1.539
7.08.02.01	Federais	226.838	207.460	1.539
7.08.02.02	Estaduais	629	0	0
7.08.02.03	Municipais	65.102	58.743	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	153.662	167.376	2.627
7.08.03.01	Juros	158.210	152.472	2.627
7.08.03.02	Aluguéis	-4.548	14.904	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	484.988	443.687	-1.262
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	484.988	443.687	-1.262

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos Acionistas

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades no exercício de 2023, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, acrescidas do balanço social, o qual consideramos importante para divulgar para a sociedade, os parceiros, os investidores e os usuários, a responsabilidade social da Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S.A. (CCR RioSP).

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1.2 Introdução

A Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S.A. foi constituída em 2021 e tem por objetivo exclusivo a exploração da BR-116/101/SP/RJ, nos termos do contrato de concessão com a ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, celebrado em decorrência do edital nº 03/2021.

O sistema rodoviário objeto da concessão apresenta uma extensão total de 625,8 km, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais, ligadas diretamente ou por dispositivos de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras-de-arte especiais e quaisquer outros elementos que se encontrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à Concessão. Compreendendo os seguintes trechos:

- Rodovia BR-116/RJ– (Extensão: 124,9 km)
- Rodovia BR-116/SP– (Extensão: 230,6 km)
- Rodovia BR-101/RJ– (Extensão: 218,2 km)
- Rodovia BR-101/SP– (Extensão: 52,1 km)



O contrato foi assinado com o Governo Federal em 28 de janeiro de 2022, com início da concessão em 01 de março de 2022 pelo prazo de 30 anos, encerrando-se em 29 de fevereiro de 2052.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

95,5% da receita operacional da RioSP advém da cobrança de pedágios na Via Dutra e 4,5% do trecho da BR-101. Em 2023, 99,2% da nossa receita total adveio da cobrança de pedágio e 0,8% de outras receitas.

Destaques de 2023

No ano de 2023, o Centro de Pesquisas Rodoviárias do Grupo CCR conduziu 8069 ensaios laboratoriais, resultando em 651 certificados, evidenciando o compromisso da instituição com o desenvolvimento tecnológico e sustentável das soluções de engenharia. Foram realizadas 62 pesquisas internas, destacando-se iniciativas como estudos de misturas PMF, bases de Brita Graduada Tratada com Cimento, desempenho de misturas asfálticas, avaliação de aditivos e asfaltos ecológicos.

A equipe técnica e de contratos, estruturaram e foram aceitos dois planos de pesquisa com a ANTT, destinando recursos para o desenvolvimento tecnológico. Os projetos aprovados incluem a avaliação do ciclo de vida de materiais e misturas asfálticas em parceria com a UFRJ e a reciclagem a quente/morna de misturas asfálticas em colaboração com a USP.

O CPR apoiou a implementação do Sistema de Gerência de Pavimentos na unidade RioSP, atendendo às necessidades das equipes e dando suporte à homologação da ferramenta. Além disso, uma pesquisa específica foi conduzida para reaproveitar 100% de RAP no preenchimento dos acostamentos da BR-101, visando maior segurança, redução de emissões e alinhamento às políticas de ESG do Grupo CCR.

Em 2023 a equipe elétrica da RioSP realizou a modernização do sistema de iluminação das passarelas, ponto de ônibus e túneis, substituindo luminárias de vapor para LED contribuindo com a eficiência energética reduzindo o consumo de energia elétrica, aumentando o tempo de vida útil dos equipamentos e redução no custo de manutenção.

Em março de 2023 iniciou a primeira operação oficial de um sistema de cobrança na modalidade Fluxo Livre (Free-Flow) na BR-101, permitindo a cobrança dos usuários da rodovia sem a necessidade da redução de velocidade do veículo. Para este projeto foi investido um total de R\$ 24.166 nas cidades de Itaguaí, Mangaratiba e Paraty, garantindo fluidez de tráfego, conforto e segurança aos motoristas que trafegam pela rodovia.

Tivemos um Capex de R\$ 290.715 relacionados as obras de ampliação da capacidade rodoviária, esse valor se refere a verba de projetos, meio ambiente, remoção de interferências e desapropriações para viabilizar a implantação das obras na cidade de São José dos Campos, Complexo Viário da Região Metropolitana de São Paulo, Serra das Araras e Duplicação da BR101 km 416 ao 496. Neste valor também estão incluídas as obras iniciais para implantação da pista marginal em São José dos Campos e ampliação da região metropolitana de São Paulo.

Investimento de R\$ 70.106 na implantação de 520 câmeras móveis (CFTV) para permitir o monitoramento visual de 100% da BR-116 e BR-101, sendo na BR-116 também implantada a solução de detecção automática de incidentes (DAI) em 1282 câmeras fixas, permitindo a geração de alarmes automáticos para os operadores da RioSP em caso de incidente na via, por exemplo: veículo parado no acostamento, objeto na via, veículo na contramão etc.

Implantação de fibra óptica em todos os 270 quilômetros da BR-101 a fim de estabelecer comunicação entre todas as edificações e ativos na rodovia com nosso centro de controle operacional.

Neste mesmo ano também realizamos Implantação de 50 novos PMVs (Painel de Mensagem Variável) fixos nos trechos da BR-116 e BR-101 e em locais estratégicos, com grandes volumes de tráfego.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Investimento de R\$ 23.129 na implantação de sistema HSWIM (High Speed Weight in Motion), tecnologia de pesagem em alta velocidade, em 4 PPVs (Posto de Pesagem Veicular) existentes da BR-116.

Também tivemos início na implantação de torres de rádio e equipamentos para disponibilização de sinal wireless em toda extensão da BR-116 e BR-101, permitindo que o usuário da rodovia possa, através do aplicativo da concessionária, comunicar diretamente com o CCO (áudio e visual) e reportar emergências.

Em 24 de fevereiro de 2023, foi assinado o 3º termo de aditivo ao contrato regulamentando a implementação e funcionamento do sistema de cobrança de fluxo livre (Free Flow) na BR-101.

Em 06 de abril de 2023, foi assinado o 4º termo de aditivo ao contrato no qual a concessionária deverá apresentar o certificado de inspeção acreditada para projetos executivos, obras e serviços, emitido por verificador, excluindo-se a necessidade de credenciamento do verificador pela ANTT.

Em 19 de abril de 2023, foi assinado o 5º termo de aditivo ao contrato que teve por objetivo a alteração dos quantitativos mínimos das instalações e equipamentos da frente de serviços operacionais do programa de exploração da rodovia (PER).

Em 10 de julho de 2023, foi assinado o 6º termo de aditivo ao contrato para contemplar as faixas adicionais conforme solução apresentada pela Concessionária em substituição à implantação de faixas reversíveis no km 217+940 ao km 231+000 da BR-116/SP - Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1 Receita e Mercado

As tarifas de pedágio cobradas pela CCR RioSP são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Em 2023, passaram 94.712.349 veículos pedagiados e 168.835.438 veículos equivalentes bidirecionais nas 5 praças de pedágio e 3 pórticos de cobrança Free-Flow.

A receita operacional bruta da Companhia atingiu a marca de R\$ 1.922.331 com as atividades de transporte rodoviário, e R\$ 2.035.416, quando foram computadas as receitas financeiras, acessórias e de construção obtidas no período.

2.2 Desempenho

- A Receita líquida operacional (sem receita de construção) atingiu R\$ 1.091.456;
- O Lucro líquido atingiu R\$ 484.988;
- O EBITDA atingiu R\$ 750.033;
- O EBIT atingiu R\$ 691.450.

Em R\$ mil	2023
Receita líquida	1.813.247
Receita de pedágio	1.190.589
Receita de construção (ICPC 01 R1)	721.791
Outras receitas	9.951
(-) Deduções da receita bruta	109.084
(-) Custos e despesas (a)	1.121.796
Custos de construção (ICPC 01 R1)	721.791

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Demais custos e despesas	400.005
EBIT (b)	691.451
Margem EBIT	38,1%
Margem EBIT ajustada (c)	63,4%
(+) Depreciação/amortização	58.588
EBITDA (b)	750.039
Margem EBITDA	41,4%
EBITDA ajustado	750.039
Margem EBITDA ajustada (d)	68,7%
Lucro líquido	484.988
Dívida líquida (e)	1.053.310
Investimentos	739.833
Veículos equivalentes (em milhares)	168.835.438

(a) Custos totais: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas.

(b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº156/22.

(c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas líquidas sem considerar a receita de construção.

(d) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção.

(e) Somatório das debêntures de curto e longo prazo (líquidos dos custos de transação).

2.2.1 Receita Operacional

A receita de pedágio totalizou R\$ 1.190.589.

As receitas acessórias, provenientes principalmente da exploração de cabos de fibra óptica e de publicidade, totalizaram R\$ 9.023.

2.2.2 Custos e despesas totais

Os gastos totais apresentaram montante de R\$ 1.121.802. Porém, ao considerarmos apenas os gastos operacionais, tivemos montante de R\$ 342.143.

2.2.3 Investimentos

Os investimentos da CCR RioSP somaram R\$ 826.823 em 2023.

Neste ano, os principais investimentos estão sendo realizados nas obras de ampliação de capacidade de tráfego na região metropolitana de São Paulo e na implantação das vias marginais na cidade de São José dos Campos.

	Investimentos
	2023
- Melhoria e Ampliação de Capacidade de Tráfego	289.618
- Frente de Recuperação e Manutenção	232.674
- Obras de Melhorias em Contenção e Taludes	172.547
- Equipamentos e Sistemas de Tecnologia	54.716
- Ampliação da Praça de Pedágio e Pista/FreeFlow	29.776
- Aquisição de Veículos	24.047
- Outros	23.445
Total	826.823

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2.2.4 Captações de recursos

Não houve captação de recursos pela Concessionária em 2023.

2.2.5 Valor Adicionado

Em 2023, o valor adicionado líquido a distribuir gerado como riqueza pela Concessionária foi de R\$ 1.048.052.

2.2.6 Política de Distribuição de Dividendos

Em dezembro de 2023 foi aprovado em reunião do conselho de administração o destaque de juros sobre o capital próprio com base no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2022 (deduzido ou acrescido, pro rata die de eventuais movimentações ocorridas em 2022, exceto quanto ao resultado do próprio exercício), no valor bruto de R\$ 160.065.

2.2.7 Planejamento Empresarial

A Companhia iniciou o segundo ano da concessão com a continuidade da operação da Via Dutra e da BR-101 entre Ubatuba e Rio de Janeiro, além de concluir as obrigações contratuais dos trabalhos iniciais em fevereiro de 2023.

A concessionária também iniciou as obras de ampliação da capacidade de tráfego na BR-116 no trecho da Região Metropolitana de São Paulo, com previsão de conclusão em fevereiro de 2025 e na cidade de São José dos Campos entre os Km 151 ao 158 com previsão de conclusão em março de 2025, conforme previsto no contrato de concessão.

2.2.8 Gestão pela Qualidade Total

Em 2023 a RioSP concluiu o processo de adequação para certificação integrada das normas ISO de qualidade 9.001; meio ambiente 14.001, segurança viária 39.001, concluindo o ano com a indicação pela Fundação Vanzolini para a certificação integrada das normas, a emissão do certificado está prevista para fevereiro de 2024.

O processo de certificação da gestão de ativos 55.001 está em andamento e a previsão para conclusão do processo de certificação é março de 2024.

No ano de 2023 foi entregue o primeiro inventário de gases de efeito estufa (GEE) certificado por organismo acreditado das atividades de operação da CCR RioSP, dando início ao Projeto Carbono Zero previsto em contrato, com as compensações de emissão previstas para 2026.

Neste mesmo ano foi entregue o primeiro relatório de atendimentos aos padrões de desempenho da International Finance Corporation – IFC.

2.2.9 Recursos Humanos

Durante o ano de 2023 a CCR RioSP realizou treinamentos e capacitações internas para os seus 1094 colaboradores, sendo que os principais assuntos abordados foram NR-5 (CIPA), NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade), NR-35 (trabalho em altura), Programa de Gerenciamento de Risco, Manejo e Fauna. Não houve valor investido em treinamentos, pois todos foram realizados on-line e presenciais na sede da concessionária utilizando mão de obra própria especializada.

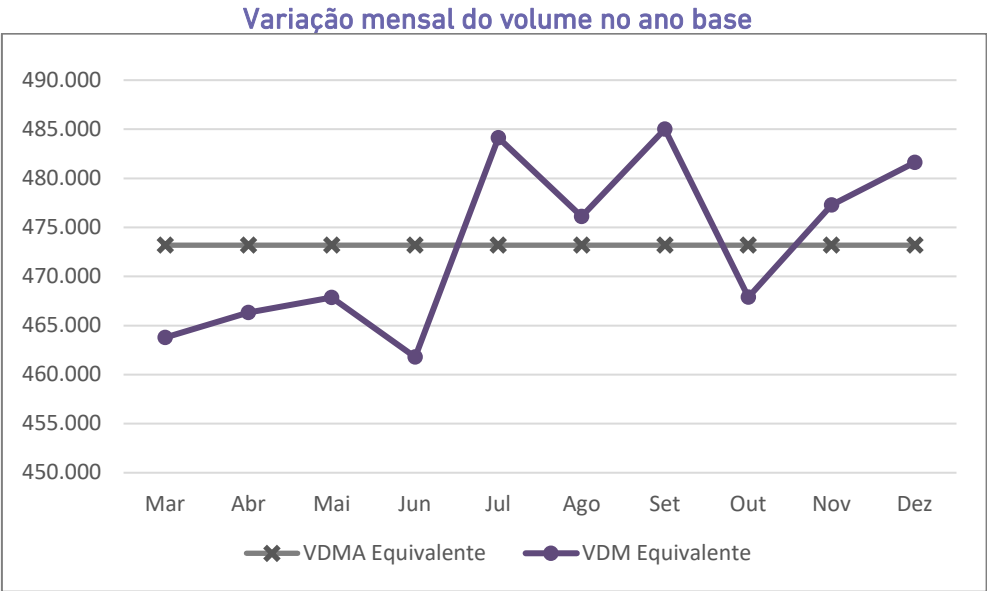
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3. Indicadores Operacionais

3.1.Caracterização do Tráfego

3.1.1. Volume

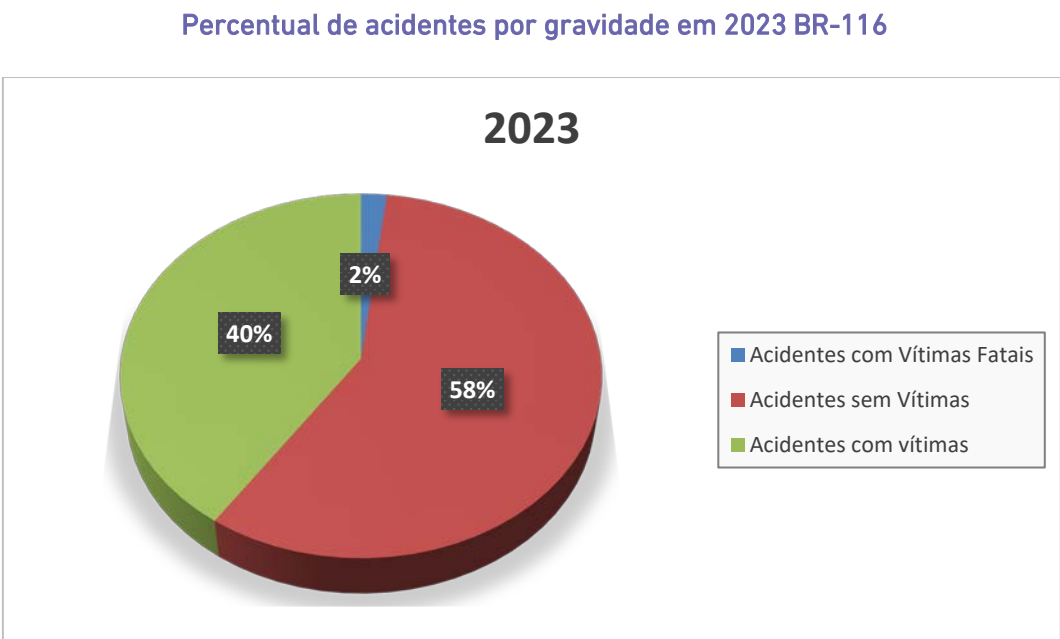
Na figura é apresentado o volume diário médio equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente.



3.2.Caracterização do Tráfego

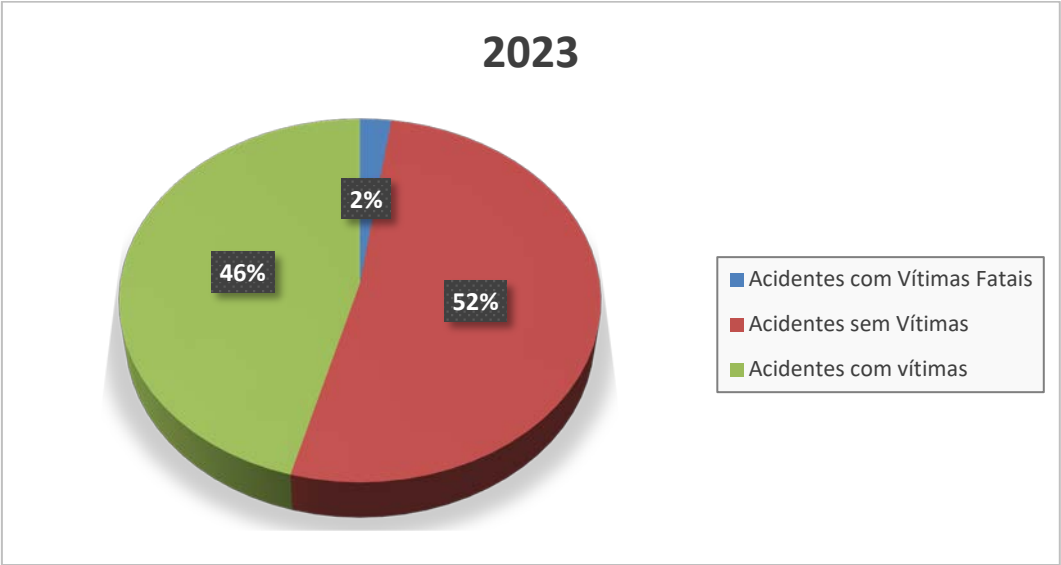
3.2.1. Volume

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.



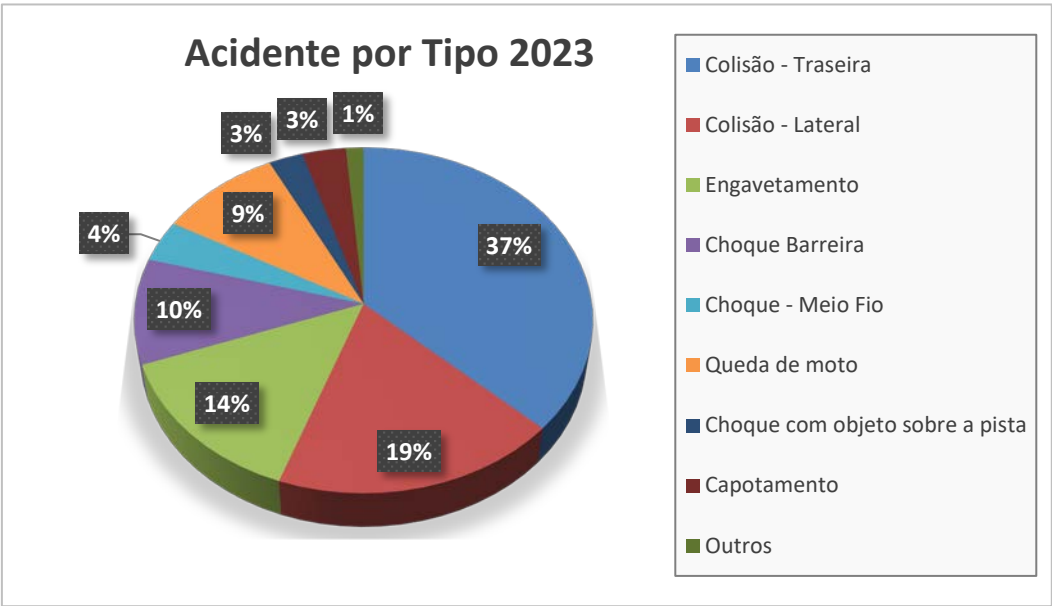
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Percentual de acidentes por gravidade em 2023 BR-101



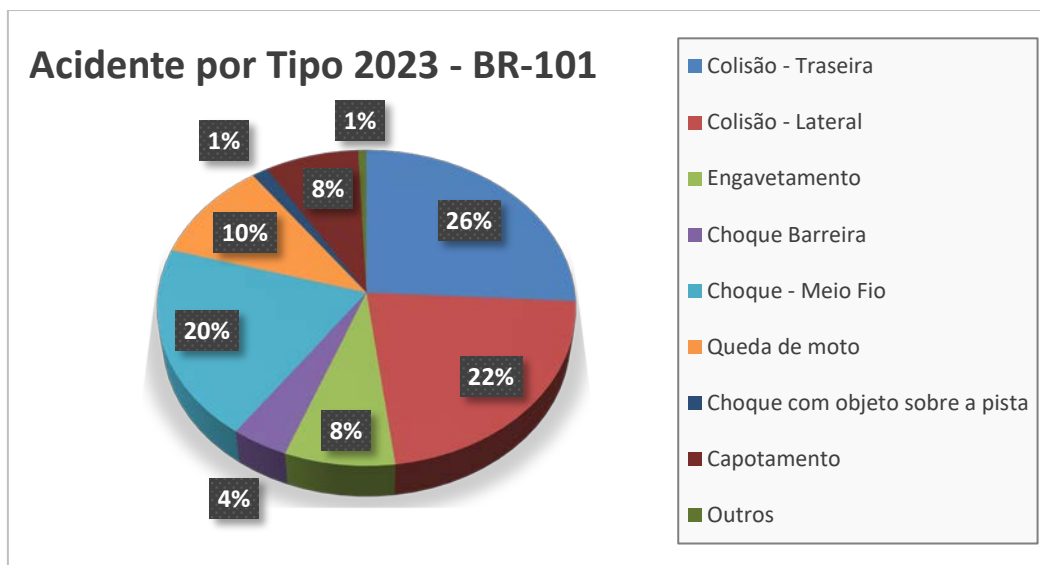
A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

Acidente por tipo em 2023 BR-116



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Acidente por tipo em 2023 BR-101



3.3. Dados de Operação da Concessão

3.3.1. Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipos de veículos alocados na concessão

TIPO DE VEÍCULO - BR116	Quantidade	Qtd./100Km
Viatura de inspeção	17	5
Guincho Leve	26	7
Guincho Pesado	10	3
Guincho Super Pesado	4	1
Carro Resgate	11	3
Ambulância Simples UTI	5	1
Balança Móvel	0	0
Balança Fixa	0	0
Pick-up de supervisão	0	0
Carreta Reboque animais	3	1
Carreta Reboque de Veículos	17	5
Pipa	3	1
Munck	2	1
Moto	5	1
Caminhão Boiadeiro	3	1
Cesto Aéreo	1	0
VIR (veículo de intervenção rápida)	0	0
Total de veículos operacionais	107	30

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

TIPO DE VEÍCULO - BR101	Quantidade	Qtd./100Km
Viatura de inspeção	10	4
Guincho Leve	3	1
Guincho Pesado	2	1
Guincho Super Pesado	0	0
Carro Resgate	2	1
Ambulância Simples UTI	2	1
Balança Móvel	0	0
Balança Fixa	0	0
Pick-up de supervisão	0	0
Carreta Reboque animais	1	0
Carreta Reboque de Veículos	10	4
Pipa	2	1
Munck	0	0
Moto	0	0
Caminhão Boiadeiro	2	1
Cesto Aéreo	0	0
VIR (veículo de intervenção rápida)	0	0
Total de veículos operacionais	34	14

UNIDADE	Quantidade	Qtd./100Km
Administração	34	5
Pedágio	4	1
Animal	0	0
Caminhão	0	0
Kombi	0	0
Picape	0	0
Segurança de trabalho	9	1
Manutenção	17	3
Faixa de domínio	23	4
Total de veículos de apoio	87	14

No exercício de 2023, foram registrados 196.350 atendimentos ao usuário por meio do Sistema de Atendimento ao Usuário.

3.3.2. Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários diretos e indiretos empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Tipo de funcionários alocados na concessão**

FUNCIONÁRIOS	Quantidade	Qtd./VDMA
Ger. Operações	1	0
Coordenador Operações	2	0
Sup. Tráfego	4	0
Insp. Tráfego	0	0
Líder Balança	8	0
Operadores de Balança	27	1
Aux. Operações	18	0
Op. Tráfego II	204	4
Líder Tráfego	50	1
Médico	63	1
Socorrista APH	102	2
Motorista APH	80	2
Motociclista APH	12	0
Enfermeiro	35	1
Total de Pessoal Operacional	606	12
Coordenador Operações	1	0
Sup. Pedágio	2	0
Lider Pedágio	19	0
Op. Pedágio	276	6
Total de Pessoal Arrecadação	298	6
Total	904	18

3.4.Aspectos Financeiros

O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a receita da concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere à renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

3.4.1. Receita (em R\$ mil)

	Em 2023	Acumulada
Receitas de pedágio	1.190.589	2.161.004
Receitas acessórias	9.023	19.298
Receitas de prestação de serviços entre partes relacionadas	928	1.239
Total das receitas	1.200.540	2.181.541

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3.4.2. Investimentos (em R\$ mil)

	Em 2023	Acumulada
Adição do intangível	623.952	1.047.476
Aquisição de imobilizado	115.881	239.068
Total dos investimentos (líquidos amortização/depreciação)	739.833	1.286.544

3.4.3. Custos Operacionais (em R\$ mil)

	Em 2023	Acumulada
Custos Operacionais	341.923	575.417

3.4.4. ISS repassados (em R\$ mil)

	Em 2023	Acumulada
Pedágio	65.031	123.714
Acessória	1	3
ISS Total	65.032	123.717

A tabela mostra o valor total dos ISS repassados para as prefeituras no ano base.

3.4.5. Tarifa

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio em R\$

Concessionária em números

SETEMBRO 2023 A AGOSTO 2024														
CATEGORIA	TARIFA	AUTO	2D	3D	4D	5D	6D	7D	8D	9D	MOTO	3S	4S	10D
EIXO	EDITAL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0,5	1,5	2	10
BR 116 - Arujá	4,30	4,01	8,03	12,04	16,06	20,07	24,09	28,10	32,12	36,13	2,01	6,02	8,03	40,14
BR 116 - Guararema	4,30	4,01	8,03	12,04	16,06	20,07	24,09	28,10	32,12	36,13	2,01	6,02	8,03	40,14
BR 116 - Jacareí	7,60	7,10	14,19	21,29	28,38	35,48	42,57	49,67	56,76	63,86	3,55	10,64	14,19	70,95
BR 116 - Moreira César	15,70	14,66	29,32	43,97	58,63	73,29	87,95	102,60	117,26	131,92	7,33	21,99	29,32	146,58
BR 116 - Itatiaia	13,50	12,60	25,21	37,81	50,41	63,02	75,62	88,23	100,83	113,43	6,30	18,91	25,21	126,04
BR 101 - Itaguaí DU	4,60	4,29	8,59	12,88	17,18	21,47	25,77	30,06	34,36	38,65	2,15	6,44	8,59	42,95
BR 101 - Mangaratiba DU	4,60	4,29	8,59	12,88	17,18	21,47	25,77	30,06	34,36	38,65	2,15	6,44	8,59	42,95
BR 101 - Paraty DU	4,60	4,29	8,59	12,88	17,18	21,47	25,77	30,06	34,36	38,65	2,15	6,44	8,59	42,95
BR 101 - Itaguaí FDS	7,60	7,10	14,19	21,29	28,38	35,48	42,57	49,67	56,76	63,86	3,55	10,64	14,19	70,95
BR 101 - Mangaratiba FDS	7,60	7,10	14,19	21,29	28,38	35,48	42,57	49,67	56,76	63,86	3,55	10,64	14,19	70,95
BR 101 - Paraty FDS	7,60	7,10	14,19	21,29	28,38	35,48	42,57	49,67	56,76	63,86	3,55	10,64	14,19	70,95

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Dados anuais		Unidade de medida ou comentário
Quilômetros de rodovia	625,8	
Número de veículos que transitaram	92.712.349	Quantidade por tamanho
Veículos leves	68.786.321	
Motos	N/A	
Caminhões	23.374.655	
Ônibus	543.788	
Veículos isentos	7.585	
Número de praças de pedágios	5	
Número de pórticos	3	Free Flow
Tarifa	-	Informação detalhada no item 3.4.5
Número de quilômetros mantidos	625,8	Quilômetros por ano
Índice de congestionamento	N/A	Por velocidade média de veículos
Trânsito Médio Diário Equivalente	66.253	Volume do trânsito corrigido por fatores de tipo de veículo
Trânsito Médio Diário Anual Equivalente	66.253	Média anual
Equipamentos utilizados pelo concessionário	228	Informação detalhada no item 3.3.1
Índices de qualidade de estrada	IRI < 3,5 m/KM	Microtextura (Índice de Irregularidade Longitudinal)
	HS>0,50	Macrotextura (Profundidade Média de Areia)
Receita de pedágio	1.190.589	Expresso em milhares de reais
Fator Capital		
Despesas de Depreciação	58.588	Valores detalhados nas notas explicativas 10 e 11.
Ativo Líquido (disponibilidades)	542.756	
Ativo Bruto	720.756	
Série Histórica dos Investimentos	826.823	Em unidades monetárias
Custo de Oportunidade do Capital	462.249	Custo de Capital
Fatores Intermediários		
Despesas em Administração	26.917	Em valores monetários, não incluir despesas trabalhistas administrativas
Despesas em Manutenção	984	Valores monetários
Outras Despesas	70.529	
Seguridade		
Quantidade de Acidentes	8.403	
Acidentes c/ vítimas feridas	3.515	
Acidentes s/ vítimas	4.722	
Acidentes c/ mortos	166	
Vítimas feridas	5.141	
Mortos	173	
Indicadores		
Receita por veículo	12,57	
Custo por veículo	11,84	

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Balanço Social**

Base de cálculo	2023
Faturamento bruto	
Receita líquida (RL)	1.813.247
Resultado operacional (RO)	694.450
Folha de pagamento bruta (FPB)	84.325
Folha de pagamento bruta - total remunerações	84.325
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços	-
Indicadores do corpo funcional	
Nº de colaboradores ao final do período	1.094
Nº de admissões durante o período	467
Nº de demissões durante o período	347
Nº de estagiários (as)	1
Nº de colaboradores com até 18 anos	9
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	163
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	702
Nº de colaboradores acima de 45 anos	220
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	408
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	25%
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	485
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	18
Total de horas extras trabalhadas	811

4. Demais assuntos**4.1. Governança Corporativa**

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. O Conselho de Administração é, atualmente, composto por dois membros efetivos, dentre os quais um é eleito Presidente. Nossa Diretoria é composta atualmente por três membros.

Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, são eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração.

A Diretora de Relações com Investidores da Companhia é a Sra. Carla Henriques Silva Fornasaro, endereçada na Rodovia Presidente Dutra (BR 116 SP/RJ), km 184,3, Bairro Morro Grande, Santa Isabel, Estado de São Paulo pode ser contatada no telefone (11) 2795-2411 ou pelo e-mail cvm.riosp@grupoccr.com.br.

4.2. Sustentabilidade

A sustentabilidade é um tema estratégico da CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os seus outros públicos de relacionamento.

Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança de forma que a sustentabilidade ocorra de maneira transversal à Companhia, desde o Conselho de Administração até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura do Grupo CCR, estando a gestão desta estratégia a cargo da Diretoria

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Vice-Presidência de Sustentabilidade, Riscos e Integridade. A atuação do Conselho de Administração, por meio do Comitê de Gente e ESG que o assessora, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem a gestão dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, monitorando o cumprimento do Plano Diretor ESG e identificando questões críticas para fins de aprimoramento, análise de riscos ou que possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com *stakeholders*, na imagem do Grupo CCR e nos seus resultados de curto, médio e longo prazos.

Em 2023, seguimos avançando com o desdobramento das ações do Plano Diretor ESG e metas ESG atreladas à remuneração variável dos executivos, que são desdobradas na Companhia. Integramos pela 13ª vez consecutiva a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambos da B3. Além disso, conquistamos *rating* AA no MSCI (Morgan Stanley Capital International), conforme última atualização, e a aprovação das metas de redução de emissões de gases de efeito estufa pela Science Based Targets Initiative (SBTi), tornando-se com essa iniciativa, a primeira empresa do setor de infraestrutura no país a firmar este compromisso público de descarbonização. Ainda, somos Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol (Greenhouse Gas Protocol) desde 2013, alcançando a marca de 10 anos consecutivos. O *score* do CDP (Carbon Disclosure Project) 2023, não foi disponibilizado até a data de publicação deste Relatório.

A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade é decidida de forma colegiada através da diretoria executiva, do comitê de gente e ESG e do Conselho de Administração da CCR. A diretoria executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para os negócios. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos de responsabilidade social é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento social da Companhia, conforme descrito no item 2.3.3.

Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR. Para conhecer as políticas do Grupo CCR, acesse a seção de Governança no *site* da CCR, no item [Políticas, Estatuto, Código de Ética, Acordo de Acionistas e Outros Contratos - CCR](#).

Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual Integrado (RAI), adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB).

Para ler a edição mais recente do Relatório Anual Integrado acesse <http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>.

4.2.1. Iniciativas voluntárias

O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são:

- Pacto Global (Organização das Nações Unidas – ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade.
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável.
- Disclosure Insight Action (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Global Reporting Initiative (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa.
- Sustainability Accounting Standards Board (SASB): os padrões SASB promovem a divulgação de informações materiais de sustentabilidade para atender às necessidades dos investidores, de acordo com cada setor.
- Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse *framework* é explicar para os *stakeholders* como a Companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais.
- Movimento Ambição *Net Zero*: uma iniciativa do Pacto Global da ONU no Brasil, que apoia empresas a estabelecerem compromissos e metas em relação ao clima.
- Science Based Targets Initiative (SBTi): a iniciativa impulsiona ações climáticas ambiciosas no setor privado, permitindo que as organizações estabeleçam metas de redução de emissões com base científica.

4.2.2. Instituto CCR

O Instituto CCR é uma instituição privada sem fins lucrativos, criada em 2014, para gerenciar o investimento social do Grupo CCR. O objetivo é ampliar o conceito de mobilidade por meio de iniciativas de educação e cultura, mobilidade e cidades sustentáveis e, saúde e segurança. Está sob responsabilidade do Instituto, a gestão dos projetos incentivados, campanhas, voluntariado e programas proprietários.

Em 2023, 3,2 milhões de pessoas foram impactadas direta e indiretamente, 35 unidades do Grupo beneficiadas, 555 municípios impactados e mais de R\$ 54 milhões investidos em ações sociais, contemplando verba direta e incentivo fiscal.

O Grupo CCR é o principal apoiador da temporada 2023/2024 do Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, garantindo a gratuidade das visitas ao local aos sábados. Desde 2022, a CCR é mantenedora do Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro. Este apoio, permitiu a retomada das entradas gratuitas às terças-feiras, fazendo com que o Museu atingisse a marca de 300 mil visitantes. Além disso, a Companhia patrocina há sete anos a Flipelô (Festa Literária Internacional do Pelourinho) e a Fundação Casa de Jorge Amado, em Salvador, custeando a entrada gratuita ao centro cultural todas as quartas-feiras. Em 2023, o Grupo CCR se tornou o patrocinador ouro e parceiro oficial de mobilidade da Flip (Festa Literária Internacional de Paraty), transportando escritores e comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas ao festival, além de promover uma programação gratuita sobre brasilidade, empoderamento feminino e combate às mudanças climáticas.

O Grupo CCR se tornou um dos principais patrocinadores do Instituto Tomie Ohtake, polo cultural relevante da cidade de São Paulo. Para celebrar a parceria, a Companhia realizou uma exposição em homenagem à artista plástica que dá nome ao centro cultural. A mostra marca o início do projeto Centenários, em que, periodicamente, o Grupo CCR prestará tributo em seus modais a grandes nomes da cultura brasileira com ações para a difusão do seu legado. O Grupo CCR também assinou uma parceria com o Projeto Portinari para promover uma série de ações culturais em homenagem a Candido Portinari, entre outros, um dos mais importantes pintores brasileiros de todos os tempos.

O Caminhos para a Cidadania, programa próprio do Instituto CCR, fechou o ano de 2023 beneficiando mais de 3,9 mil professores em todo o Brasil. Os educadores tiveram acesso à plataforma de cursos da iniciativa, além de materiais de aula e jogos educativos. O programa impactou 232 municípios e 26 estados e o Distrito Federal. O destaque ficou para o Concurso Cultural que selecionou 10 projetos escolares, que receberam recursos em benfeitorias para as escolas.

O programa Caminhos para a Saúde continuou a sua expansão e, em 2023 iniciou as suas atividades na CCR Aeroportos, atendendo seis unidades do modal. Em Mobilidade, expandiu a sua atuação para o VLT Carioca, além de continuar as atividades nas unidades CCR Metrô Bahia, CCR Barcas e ViaMobilidade - Linhas 8 e 9. Ao longo do ano, foram realizadas ações em todas as unidades de Rodovias. No total, foram mais de 52 mil atendimentos e mais de 64 mil procedimentos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Todas as ações contaram com serviços de saúde e bem-estar para a população.

O Instituto CCR realizou diversas ações de voluntariado ao longo de 2023. Foram mais de 1,6 mil colaboradores cadastrados, beneficiando mais de 10 mil pessoas de 48 instituições em 12 estados.

Saiba mais em www.institutoccr.com.br.

4.2.3. Reconhecimentos e Prêmios

O modelo de negócio sustentável do Grupo CCR e das suas controladas tem sido reconhecido pela sociedade continuamente. Em 2023, a companhia recebeu prêmios e reconhecimentos de destaque, entre eles:

- Prêmio Regional Aberje de Comunicação Empresarial com o projeto de comunicação 'Free Flow - Sua Viagem vai que vai'.
- Prêmio Destaques ANTT 2023 - Categoria Inovação e Tecnologia com o projeto Free Flow.
- Prêmio Inovainfra 2023 - Reaproveitamento de material fresado na recuperação de pavimento.

4.3. Destaques do exercício

Os principais destaques da CCR RioSP em 2023 foram:

- Em janeiro de 2023, a CCR RioSP iniciou a operação assistida do free flow;
- Em fevereiro, a CCR RioSP participou da campanha de apoio às vítimas das chuvas que atingiu a cidade de São Sebastião;
- Em março de 2023, a CCR RioSP iniciou a cobrança do primeiro pedágio free flow do país na rodovia Rio-Santos (BR-101);
- Em abril de 2023, teve início o sistema de pesagem em movimento da rodovia Pres. Dutra (BR-116);
- Em maio de 2023, teve início as obras de ampliação da capacidade de tráfego da cidade de São José dos Campos;
- Em agosto de 2023, CCR e TIM assinaram um acordo de parceria para oferecer conectividade aos clientes da Via Dutra e da Rio-Santos;
- Em dezembro de 2023, a CCR RioSP entregou a nova passarela do km 69 da Via Dutra, em Aparecida (SP).

4.3.1. Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social.

5. Considerações Finais

5.1 Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

5.2 Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não contratou seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira e foram elaboradas a partir das demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes.

5.3 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 31 da Resolução CVM n.º 80 de 29 de março de 2022 conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG"), emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Santa Isabel, 15 de março de 2024.

A Administração.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima fechada domiciliada no Brasil. A sede está localizada na Rodovia Presidente Dutra, s/nº, km 184,3, pista norte (sentido RJ), bairro Morro Grande, na Cidade de Santa Isabel, Estado São Paulo.

A Companhia foi constituída em 10 de novembro de 2021, tendo o contrato de concessão assinado em 28 de janeiro de 2022 por um prazo de 30 anos.

A Companhia é responsável pela prestação de serviço de exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário Rio de Janeiro (RJ) - São Paulo (SP), composto por: (i) Rodovia BR-116/RJ, entre o entroncamento com a BR-465 no município de Seropédica (km 214,7), e a divisa RJ/SP (km 339,6); (ii) Rodovia BR-116/SP, entre a divisa RJ/SP (km 0) e o entroncamento com a BR-381/SP-015, Marginal Tietê (km 230,6); (iii) Rodovia BR-101/RJ, entre o entroncamento com a BR-465, no município do Rio de Janeiro (Campo Grande) (km 380,8), e a divisa RJ/SP (km 599); e (iv) Rodovia BR-101/SP - entre a divisa RJ/SP (km 0) e Praia Grande, Ubatuba (km 52,1).

As operações foram iniciadas em 1º de março de 2022.

Bens reversíveis, opção de renovação do contrato de concessão e direitos de rescindir o contrato

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. A Companhia terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Apesar de o contrato de concessão não incluir cláusulas de renovação, a extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes.

O direito do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão, inclui o desempenho insatisfatório da Companhia e a violação significativa dos termos do referido contrato.

O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, tais como, o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

1.1.Outras informações relevantes - Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questão dos contratos de concessão

A Companhia é parte em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questão do contrato de concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a, questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não

Notas Explicativas

definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior, modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa.

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 15 de março de 2024, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas notas explicativas:

- 7.1. **Provisão para perda esperada:** principais premissas para determinação do risco de crédito;
- 8.2. **Impostos diferidos:** valor de reconhecimento de ativos fiscais diferidos, baseado na disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual poderão ser utilizados;
- 11. **Amortização dos ativos intangíveis:** curva de amortização;
- 14.1. **Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários:** determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso; e
- 18. **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo:** premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço.

Os valores das tarifas são pactuados na celebração do contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 16.

Notas Explicativas

3.2. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

Notas Explicativas

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Notas Explicativas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

3.4. Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da

Notas Explicativas

operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

3.5. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

3.6. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de exploração de infraestrutura – vide item 3.13.

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

Notas Explicativas

3.7. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Notas Explicativas

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.8. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.9. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

3.10. Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

3.11. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Notas Explicativas

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e, se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionado a imposto de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

3.12. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras, oriundas do plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP).

3.13. Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 – R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após

Notas Explicativas

o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

O direito de exploração da infraestrutura também pode ser oriundo de pagamentos ao Poder Concedente em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura.

Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

3.14. Informação por segmento

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia.

3.15. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3.16. Pagamento baseado em ações

Os pagamentos baseados em ações, liquidáveis em ações, são contabilizados de acordo com o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo na data de outorga. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito dos instrumentos.

Notas Explicativas

3.17. Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2023, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023:

- CPC 50/IFRS 17 – Contratos de seguros;
- Divulgação de políticas contábeis – alterações ao CPC 26 (IAS 1) e IFRS *Practice Statement 2*;
- Definição de estimativas contábeis – alterações ao CPC 23 (IAS 8); e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12).

3.18. Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2023 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26 (IAS 1);
- Passivo não circulante com *covenants* – alterações ao CPC 26 (IAS 1); e
- Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) – alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7.

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Notas Explicativas

- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

5.1. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco financeiro e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamento a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 7, 9, 13 e 18.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos as debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamento a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 9, 13, 18 e 19.

c) Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 18.

d) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional do negócio, em condições de normalidade.

Notas Explicativas

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	1.188.324	-	-	-
Fornecedores e outras obrigações	84.619	5.463	2.310	516
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	43.117	2.014	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 567.542 substancialmente composto por debêntures. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	2023	2022
Caixa e bancos	2.190	3.421
Aplicações financeiras (a)	461.320	618.614
Total	463.510	622.035

Aplicações financeiras	2023	2022
Circulante	79.246	489.970
Aplicações financeiras (a)	79.246	489.970
Total	79.246	489.970

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 102,69% do CDI, equivalente a 13,46% a.a., em 31 de dezembro de 2023 (103,17% do CDI, equivalente a 12,82% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2022).

(a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB.

7. Contas a receber

7.1. Contas a receber líquidas

	2023	2022
Circulante	120.424	165.953
Contas a receber das operações (a)	120.426	165.953
Provisão para perda esperada (b)	(2)	-
Total	120.424	165.953

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária, créditos a receber decorrentes de vale pedágio e créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) prevista no contrato de concessão.

(b) Reflete a perda esperada das operações, referentes aos créditos a receber citados no item (a).

Notas Explicativas**7.2. Aging do contas a receber**

Idade de vencimentos dos Títulos	2023	2022
Creditos a vencer	120.424	165.953
Créditos vencidos de 91 até 180 dias	2	-
Total	120.426	165.953

8. Imposto de renda e contribuição social**8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos**

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	645.745	603.120
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	(219.553)	(205.061)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(1.812)	(173)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(155)	(340)
Incentivos (cultural, artístico e desporto) relativos ao imposto de renda	6.317	674
Juros sobre capital próprio	54.422	45.444
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	1	-
Outros ajustes tributários	23	23
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(160.757)	(159.433)
Impostos correntes	(168.768)	(161.451)
Impostos diferidos	8.011	2.018
Alíquota efetiva de impostos	-25%	-26%

8.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	2023	2022
Ativo	11.530	3.668
Pré-operacionalidade (a)	1.145	1.507
Provisão para participação nos resultados (PLR)	8.021	1.089
Provisão para perda esperada - contas a receber	1	-
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	15	3
Provisão para fornecedores	31	-
Arrendamento	-	103
Tributos com exigibilidade suspensa - PIS e Cofins	1.484	629
Plano de Incentivo de Longo Prazo	833	337
Compensação de imposto ativo	(851)	(1.000)
Impostos ativos após compensação	10.679	2.668
Passivo	(851)	(1.000)
Arrendamento	(86)	-
Amortização do custo de transação	(765)	(1.000)
Compensação de imposto passivo	851	1.000
Impostos passivos após compensação	-	-
Imposto diferido líquido	10.679	2.668

Notas Explicativas

Movimentação do imposto diferido	2023	2022
Saldos em 1º de janeiro	2.668	650
Reconhecimento no resultado	8.011	2.018
Saldos em 31 de dezembro	10.679	2.668

- (a) Conforme IN 1700 de 2017 artigo 128, o imposto diferido das despesas pré-operacionais irão realizar-se no momento que a Companhia entrar em operação, sendo realizado de forma linear em 60 parcelas.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais-chave da Administração e outras partes relacionadas.

	2023			2022		
Saldos	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	10	223.496	223.506	1	750.053	750.054
Aplicações financeiras	-	223.189	223.189	-	747.848	747.848
Bancos conta movimento	-	149	149	-	124	124
Contas a receber e arrendamento	10	158	168	1	2.081	2.082
Passivo	10.146	719.367	729.513	121.486	372.657	494.143
Debêntures	-	662.833	662.833	-	366.316	366.316
Fornecedores, contas a pagar e passivo de arrendamento	10.146	56.534	66.680	7.876	6.341	14.217
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	113.610	-	113.610

	2023			2022		
Transações	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(497)	(497)	-	(130)	(130)
Custos / despesas - doações	-	(2.613)	(2.613)	-	-	-
Custos / despesas - serviços de manutenção de veículos	(1)	-	(1)	-	-	-
Custos / despesas de infraestrutura utilizada	-	(1.544)	(1.544)	-	(10.571)	(10.571)
Custos / despesas - serviços especializados e consultorias	-	(969)	(969)	-	(469)	(469)
Custos / despesas - serviços de transmissão de dados	-	(412)	(412)	-	(517)	(517)
Custos / despesas - seguros	-	(51)	(51)	-	-	-
Custos / despesas de serviços de conservação de rodovias	-	-	-	-	(1.423)	(1.423)
Despesas de prestação de garantias em emissões de dívidas	(2.770)	-	(2.770)	(5.429)	-	(5.429)
Despesas financeiras - juros, variações monetárias e cambiais	-	(116)	(116)	-	(48)	(48)
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	-	928	928	-	-	-
Receitas acessórias na faixa de domínio	-	-	-	-	408	408
Receitas de aplicações financeiras	-	86.440	86.440	-	13.997	13.997
Receitas financeiras	-	-	-	-	201	201
Receitas operacionais	-	-	-	-	97	97
Repasse de custos e despesas - CSC	-	(106.838)	(106.838)	(52.708)	(157)	(52.865)
Repasse de custos e despesas de colaboradores	3	365	368	1.241	2.761	4.002
Intangível	-	90.556	90.556	-	-	-

9.1. Profissionais-chave da administração**Despesas com profissionais-chave**

	2023	2022
Remuneração	1.815	1.948
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.372	809
Outros benefícios:	443	1.139
Provisão para remuneração variável do ano	-	399
Complemento/reversão de provisão de PPR do ano anterior pago no ano (a)	382	693
Previdência privada	59	45
Seguro de vida	2	2

- (a) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram efetuados pagamentos de PPR no montante de R\$ 781.

Notas Explicativas

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) realizada em 18 de abril de 2023, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da Administração e Diretoria da Companhia de até R\$ 2.200, incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios.

9.2.Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	2023	2022
Remuneração dos administradores (b)	126	496

(b) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da Administração e Diretoria.

10. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado					Imobilizações em andamento	Total imobilizado
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos operacionais	Total em operação		
Saldos em 1º de janeiro de 2022	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	-	-	-	84.974	84.974
Transferências	39	-	68	86	193	(193)	-
Depreciação	(1)	-	(1)	(6)	(8)	-	(8)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	38	-	67	80	185	84.781	84.966
Custo	39	-	68	86	193	84.781	84.974
Depreciação acumulada	(1)	-	(1)	(6)	(8)	-	(8)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	38	-	67	80	185	84.781	84.966
Adições	-	-	-	-	-	115.881	115.881
Transferências	1.021	6.940	35.300	2.052	45.313	(45.313)	-
Depreciação	(50)	(192)	(2.900)	(389)	(3.531)	-	(3.531)
Outros	-	-	-	-	-	(238)	(238)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.009	6.748	32.467	1.743	41.967	155.111	197.078
Custo	1.060	6.940	35.368	2.138	45.506	155.111	200.617
Depreciação acumulada	(51)	(192)	(2.901)	(395)	(3.539)	-	(3.539)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.009	6.748	32.467	1.743	41.967	155.111	197.078
Taxa média anual de depreciação %							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10	10	24	20			

Não houve custos capitalizáveis no exercício de 2023.

11. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível					Infraestrutura em construção	Total do intangível
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação			
Saldos em 1º de janeiro de 2022	2.054.368	-	-	2.054.368	-	-	2.054.368
Adições	-	-	1.207	1.207	280.754	281.961	
Amortização	(36.321)	-	-	(36.321)	-	(36.321)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.018.047	-	1.207	2.019.254	280.754	2.300.008	
Custo	2.054.368	-	1.207	2.055.575	280.754	2.336.329	
Amortização acumulada	(36.321)	-	-	(36.321)	-	(36.321)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.018.047	-	1.207	2.019.254	280.754	2.300.008	
Adições	-	-	6.761	6.761	797.766	804.527	
Transferências	341.708	68	(68)	341.708	(341.708)	-	
Amortização	(51.033)	(5)	-	(51.038)	-	(51.038)	
Outros (b)	-	-	-	-	(24.368)	(24.368)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.308.722	63	7.900	2.316.685	712.444	3.029.129	
Custo	2.394.869	68	7.900	2.402.837	712.444	3.115.281	
Amortização acumulada	(86.147)	(5)	-	(86.152)	-	(86.152)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.308.722	63	7.900	2.316.685	712.444	3.029.129	
Taxa média anual de depreciação %							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(a)		20				

(a) Amortização pela curva de benefício econômico; e

(b) Refere-se a sinistros e desapropriações.

Não houve custos capitalizáveis no exercício de 2023.

Notas Explicativas

Infraestrutura em construção

O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2023, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

RioSP	699.875
Etapa inicial das obras da BR-116 na Serra das Araras, região metropolitana de São Paulo e região metropolitana de São José dos Campos	391.451
Obras de recuperação de terraplenos e adequação de taludes da rodovia	177.344
Revitalização de pavimento e duplicação da Rodovia BR-101	126.882
Implantação de passarelas	4.198

12. Fornecedores

	2023	2022
Circulante	82.992	81.934
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	62.934	75.509
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	-	21
Cauções e retenções contratuais (b)	20.058	6.404
Total	82.992	81.934

	2023	2022
Não circulante	7.019	598
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	7.019	-
Cauções e retenções contratuais (b)	-	598
Total	7.019	598

- (a) Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação; e
- (b) Trata-se de retenção contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2023	2022
1ª Emissão - Série única	CDI + 1,75% a.a.	1,8449% (a)	Dezembro de 2024	4.372	1.484	1.053.310	1.053.740 (b)
				Total	1.484	1.053.310	1.053.740

	2023	2022
Circulante	1.053.310	5.224
Debêntures	1.054.794	6.681
Custos de transação	(1.484)	(1.457)
Não circulante	-	1.048.516
Debêntures	-	1.050.000
Custos de transação	-	(1.484)
Total	1.053.310	1.053.740

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR; e

Notas Explicativas

Garantias:

(b) Não existem garantias.

Em 4 de julho de 2023 foi formalizado o 1º aditivo à Escritura de Emissão e houve a exoneração da garantia corporativa, após a comprovação de cumprimento por parte da emissora do *completion* financeiro, conforme previsto na escritura da emissão.

Não há quebra de *covenants* relacionados as debêntures.

Haverá restrição ao pagamento de dividendos pela emissora e/ou de juros sobre capital próprio, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e/ou aos juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação dívida financeira líquida da emissora/*ebtida* ajustado da emissora, a qual será apurada anualmente com base nas demonstrações financeiras, seja superior a 4,5 vezes ("índice financeiro da emissora"), exceto se a emissora optar por contratar e apresentar ao agente fiduciário, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da data pretendida para distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio pela emissora, carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por uma instituição financeira autorizada, e devidamente registrada(s) nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes.

14. Riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas.

14.1 Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis, Administrativos e outros	Trabalhistas e previdenciários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	9	9
Constituição	25.750	17	25.767
Reversão	(6)	-	(6)
Pagamentos	(25.701)	(27)	(25.728)
Atualização de bases processuais e monetária	-	1	1
Saldo em 31 de dezembro de 2023	43	-	43

14.2 Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

Notas Explicativas

	2023	2022
Cíveis e administrativos	3.543	2.347
Trabalhistas e previdenciário	398	-
Total	3.941	2.347

15. Patrimônio Líquido**15.1. Capital social**

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 2.034.123, compostos por 2.034.112.500 ações ordinárias e sem valor nominal.

15.2. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

15.3. Reserva de retenção de lucro

Em 31 de dezembro de 2023, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei n.º 6.404/76.

15.4. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76).

Os requerimentos para cálculo do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2023, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2023
Lucro líquido do exercício (controladora)	484.988
(-) Constituição de reserva legal	(24.249)
Lucro líquido ajustado	460.739
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	115.184
Total de juros sobre capital próprio aprovados e pagos	(160.065)

Em 31 de dezembro de 2023, não houve a necessidade de constituição dos dividendos mínimos obrigatórios, devido a aprovação de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio pagos e a pagar.

15.5. Juros sobre capital próprio

Em 12 de dezembro de 2023, foi aprovado em Ata de Reunião do Conselho de Administração (ARCA), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 160.065, relativo ao lucro do exercício, correspondente ao montante líquido de R\$ 136.055, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 24.010, pagos em 28 de dezembro de 2023.

15.6. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

Notas Explicativas

	2023	2022
Numerador		
Lucro líquido	484.988	443.687
Denominador		
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	2.034.123	2.034.123
Lucro líquido por ação - básico e diluído	0,23843	0,21812

15.7. Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 19 de abril de 2023, foi aprovado o Plano de Incentivo de Longo Prazo (Plano ILP), que entrou em vigor nesta data.

O Plano ILP prevê a outorga de Ações de Retenção e Ações de Performance a administradores e empregados elegíveis da Controladora e de suas subsidiárias, de forma atrelada à avaliação de sua performance no Grupo CCR. Dessa forma, os principais objetivos do Plano são motivar e reter tais executivos, bem como alinhar seus interesses aos da Controladora e de seus acionistas. As outorgas poderão ser exercidas anualmente, a partir do terceiro ano, em três parcelas iguais, na proporção de 1/3 cada parcela. As outorgas em Ações de Performance estarão sujeitas a uma meta de performance com base no TSR (*total shareholder return*) real da Controladora no período.

A Controladora utiliza o modelo *Black-Scholes-Merton* para precificação do valor justo das ações outorgadas, da parcela atrelada à performance, visto que estas dependem de atingimento de gatilho baseado no TSR. Os principais parâmetros de precificação foram:

- Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 30.551;
- Data da outorga: 26 de junho de 2023;
- Preço corrente (TSR do ano anterior): R\$ 11,72;
- Preço de exercício (TSR alvo) para cada tranche: R\$ 13,38, R\$ 15,17 e R\$ 16,96;
- Volatilidade esperada (Desvio-padrão do LN da variação diária das ações da Companhia entre janeiro de 2023 até a data base da outorga): 2,51%;
- *Dividend Yield* (média histórica anual desde 2003): 4,01%;
- Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 12,25%, 8,25% e 8%.

O valor justo da parcela atrelada à retenção, 30.551 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Controladora na data de outorga, 26 de junho de 2023, cotado a R\$ 13,96, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecido como despesa, em contrapartida a reserva de capital, o montante de R\$ 307.

Notas Explicativas**16. Receitas operacionais líquidas**

	2023	2022
Receita bruta	1.922.331	1.257.162
Receitas de pedágio	1.190.589	970.415
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	721.791	276.161
Receitas de prestação de serviço entre partes relacionadas	928	311
Receitas acessórias	9.023	10.275
Deduções das receitas brutas	(109.084)	(94.790)
Impostos sobre receitas	(109.056)	(94.675)
Abatimentos	(28)	(115)
Receita operacional líquida	1.813.247	1.162.372

17. Resultado financeiro

	2023	2022
Despesas financeiras	(158.791)	(153.681)
Juros sobre debêntures	(153.602)	(146.673)
Comissão de fianças partes relacionadas	(2.770)	(5.429)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(11)	(9)
Ajuste a valor presente - arrendamento	(888)	(85)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(1.520)	(1.485)
Receitas financeiras	113.085	134.272
Juros e variações monetárias	1.531	201
Rendimento sobre aplicações financeiras	111.347	134.012
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	4	6
Juros e outras receitas financeiras	203	53
Resultado financeiro líquido	(45.706)	(19.409)

18. Instrumentos financeiros**18.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo**

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		2023	2022
Ativo	Nível	685.913	1.280.040
Valor justo através do resultado		542.756	1.112.005
Caixa e bancos	Nível 2	2.190	3.421
Aplicações financeiras	Nível 2	540.566	1.108.584
Custo amortizado		143.157	168.035
Contas a receber das operações		120.424	165.953
Contas a receber de partes relacionadas		22.733	2.082
Passivo		(1.193.697)	(1.152.709)
Custo amortizado		(1.193.697)	(1.152.709)
Debêntures (a)	Nível 2	(1.053.310)	(1.053.740)
Fornecedores, obrigações com o Poder Concedente e outras contas a pagar		(95.256)	(84.872)
Fornecedores, contas a pagar e passivo de arrendamento com partes relacionados		(45.131)	(14.097)
Total		(507.784)	127.331

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Notas Explicativas

Debêntures mensuradas ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2023		2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a)	1.054.794	1.072.075	1.056.681	1.089.413

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI), acrescida de um componente de risco de crédito.

18.2. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

18.2.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2024, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

		Efeito em R\$ no resultado		
	Exposição em			
Risco	R\$ ⁽³⁾ ⁽⁴⁾	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI	1.054.794	(138.047)	(168.038)	(198.002)
Efeito sobre as debêntures		(138.047)	(168.038)	(198.002)
CDI	2.053.520	204.281	255.278	306.251
Efeito sobre as aplicações financeiras		204.281	255.278	306.251
Total do efeito líquido de ganhos / (perdas)		66.234	87.240	108.249
A taxa de juros considerada foi ⁽¹⁾ :	CDI ⁽²⁾	11,6500%	14,5625%	17,4750%

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo:

No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável:

(2) Taxa de 31/12/2023, divulgada pela B3;

(3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de juros em 31/12/2023, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e

(4) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI).

Notas Explicativas**19. Compromissos vinculados a contratos de concessão**

Além dos pagamentos de verbas de fiscalização ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias, a serem realizados durante o prazo das concessões. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início de cada contrato de concessão.

	2023	2022
Compromissos relativos à concessão	14.406.417	15.233.241

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

20. Demonstração do fluxo de caixa**20.1. Transações que não afetaram caixa**

As transações que não afetaram caixa, nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2023	2022
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	176.373	-
Fornecedores	176.373	-
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(176.373)	-
Aquisições ao ativo intangível	(176.373)	-

20.2. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações dos contratos de concessões.

Abaixo apresentamos o quadro de reconciliação das atividades de financiamento:

	Debêntures	Juros sobre capital próprio	Arrendamentos	Total
Saldo inicial	(1.053.740)	(113.610)	(11.123)	(1.178.473)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	154.032	249.665	7.192	410.889
Pagamentos de principal e juros	154.032	-	7.192	161.224
Dividendos pagos	-	249.665	-	249.665
Outras variações que não afetam caixa	(153.602)	(136.055)	(23.453)	(313.110)
Reversão do ajuste a valor presente	-	-	(888)	(888)
Juros sobre capital próprio	-	(136.055)	-	(136.055)
Despesas com juros	(153.602)	-	-	(153.602)
Adições	-	-	(22.565)	(22.565)
Saldo final	(1.053.310)	-	(27.384)	(1.080.694)

Proposta de Orçamento de Capital

Rodovia Presidente Dutra, km 184,3 – Sala 19 – Sentido SPIRJ
caixa postal 183 – 07500 000 – Santa Isabel – SP
tel: 55 (11) 2795 2400

**CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA RODOVIÁRIO RIO – SÃO PAULO S.A.**

CNPJ/MF nº 44.319.688/0001-42

NIRE 35.300.580.664

Companhia Aberta

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Srs. Acionistas, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e do artigo 27, §1º, inciso IV da Resolução CVM 80, apresentamos a V.Sas. para análise e posterior aprovação na Assembleia, a proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2024, no valor de R\$ 1.451.389.513,43 (Um bilhão, quatrocentos e cinquenta e um milhões, trezentos e oitenta e nove mil, quinhentos e treze reais e quarenta e três centavos), conforme fontes de financiamento abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 28 de fevereiro de 2024.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$ 1.451.389.513,43

Aplicações

Investimento planejado para atendimento a compromissos da Companhia em 2024	R\$ 1.451.389.513,43
---	----------------------

Origens/Fontes de Financiamento

Reserva de Retenção de Lucros até 31 de dezembro de 2023	R\$ 587.319.271,07
Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros	R\$ 864.070.242,36

Santa Isabel, 28 de fevereiro de 2024.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
SR. EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO
Presidente do Conselho de Administração

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S.A.
Santa Isabel - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão

Veja as Notas 3.6, 3.13 e 11 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria Como auditoria endereçou esse assunto

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 797.766 mil referente a infraestrutura em construção que está sendo realizada na concessão.

Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos, uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos, uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional.

A Companhia exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, consequentemente, são reconhecidos como ativos.

Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria, devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e ao julgamento realizado pela Companhia para aplicação dessa política contábil, que pode ter efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e melhoria da infraestrutura em construção, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos.
- Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização.
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras

tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6 SP

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -**

Em observância às disposições constantes no artigo 27, § 1º, incisos V e VI da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Santa Isabel/SP, 15 de março de 2024.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 27, § 1º, incisos V e VI da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Santa Isabel/SP, 15 de março de 2024.